

A EDUCAÇÃO ORGÂNICA COMO PRÁXIS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: POR UMA ETNO-DIDÁTICA DO PERTENCIMENTO NO ENSINO SUPERIOR

Pedro Adjedan David de Sousa¹
Marcia de Sousa Figueiredo²
Cícero Margérbio Gomes Torres³

RESUMO

A resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação estabelece diretrizes para a curricularização da extensão no ensino superior brasileiro, destinando 10% da carga horária dos cursos de graduação para atividades extensionistas. Este artigo investiga os resultados dessa curricularização no desenvolvimento de competências acadêmicas e habilidades práticas entre estudantes dos cursos de Direito e Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, localizado em Juazeiro do Norte – CE. A curricularização enfrenta desafios significativos, como a resistência à mudança e a necessidade de recursos. Utilizando uma abordagem qualitativa que combina pesquisa bibliográfica e de campo, revisou a literatura sobre educação orgânica, extensão universitária e etno-didática e coletou dados utilizando questionários semiestruturados aplicados aos participantes dos projetos de extensão. Os resultados indicam que a curricularização da extensão não só consolida conhecimentos teóricos e desenvolve competências práticas, mas também promove a transformação social, mudando a percepção dos discentes sobre realidades sociais e fortalecendo o sentimento de pertencimento e reconhecimento de suas identidades culturais. Projetos como "A Invisibilidade das Pessoas em Situação de Rua", "A Importância da Acessibilidade para Inclusão de Pessoas com Deficiência" e "O Direito à Educação Ambiental" ilustram o impacto significativo dessas atividades, tanto acadêmico quanto social. Estes projetos consolidam os princípios da educação orgânica e da etno-didática, promovendo uma educação inclusiva e dialógica. Compreende-se que a curricularização da extensão universitária é crucial para a formação integral dos estudantes e para a promoção de mudanças sociais significativas, conectando a educação superior às realidades culturais e sociais dos estudantes e da comunidade.

Palavras-chave: Curricularização da extensão, Educação orgânica, Etno-didática.

INTRODUÇÃO

A resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação trouxe novas diretrizes para a extensão no ensino superior brasileiro, desafiando as instituições a promoverem sua curricularização. Esta resolução estabelece que 10% da carga horária dos cursos de graduação seja destinada a atividades de extensão, valorizando o papel transformador da universidade na sociedade. No entanto, o processo de curricularização enfrenta diversos desafios, como a resistência à mudança, a falta de recursos e a necessidade de adaptar currículos já consolidados. Esses desafios tendem a ser superados através de políticas

¹ Mestre em Educação, Universidade Regional do Cariri-URCA/Centro Universitário Dr. Leão Sampaio-UNILEÃO, adjedan.sousa@urca.br.

² Mestre em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba-UFPB/Centro Universitário Dr. Leão Sampaio-UNILEÃO, marciafigueiredo@leaosampaio.edu.br

³ Doutor em Educação, Universidade Regional do Cariri-URCA, cicero.torres@urca.br

institucionais robustas, capacitação docente contínua e a valorização das atividades extensionistas como parte fundamental da formação acadêmica.

Segundo Kochhann (2017), a curricularização da extensão deve ir além da simples inserção burocrática no currículo, adotando uma concepção processual-orgânica que considera a relevância acadêmica e social da extensão para evitar o empobrecimento da práxis educativa, e em uma abordagem que envolve alunos, professores, corpo técnico administrativo e a população, assegurando que não se reduza a mera assistência ou prestação de serviços, mas sim a um processo educativo transformador.

Carvalho e Chianca (2019) defendem a indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino como um meio de evitar soluções superficiais e garantir que a extensão universitária contribua efetivamente para a formação integral dos estudantes e para as comunidades envolvidas, tendo em vista que a fusão de saberes acadêmicos e populares, promovida pela extensão, é crucial para a construção de uma educação inclusiva e dialógica.

Este trabalho tem como objetivo investigar como a curricularização da extensão universitária pode servir como uma práxis educativa orgânica, integrativa, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a transformação social. Especificamente, analisamos os impactos dessa curricularização no desenvolvimento da aprendizagem e competências necessárias à profissionalidade dos discentes dos cursos de Direito e Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO. Também exploramos como essa integração pode fomentar uma etno-didática do pertencimento, promovendo o reconhecimento das identidades culturais e das diferentes realidades sociais.

Para alcançar esses objetivos, o artigo está estruturado da seguinte forma: revisão de literatura sobre os conceitos de educação orgânica, curricularização da extensão universitária e etno-didática, como base teórica essencial para entender os desafios e as oportunidades da curricularização da extensão. Detalhamento da metodologia utilizada na pesquisa, que combina abordagens bibliográficas e de campo. Pesquisa de campo com a aplicação de questionários semiestruturados aos participantes dos projetos de extensão, permitindo a coleta de dados sobre suas percepções, dificuldades e impactos desse processo. Finalmente, discutimos os resultados obtidos, destacando as percepções dos discentes sobre a extensão na construção de uma educação orgânica e integradora. Concluímos refletindo sobre as contribuições da curricularização da extensão para a formação acadêmica e social dos estudantes.

METODOLOGIA

Este estudo propõe investigar como a educação orgânica pode ser aplicada como uma práxis na curricularização da extensão universitária, promovendo uma etno-didática do pertencimento no ensino superior. A pesquisa busca compreender as relações entre educação orgânica, extensão universitária e pertencimento dos estudantes, explorando como essas dimensões interagem para fortalecer o processo educacional e a integração dos alunos no ambiente acadêmico através experiências extensionistas.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A metodologia foi estruturada em quatro etapas principais: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise qualitativa.

Na pesquisa bibliográfica realizou um levantamento das principais referências de autores que discutem as categorias teóricas e vinculam-se a ideia de educação orgânica, extensão universitária e etno-didática. Foram utilizados livros, artigos de periódicos científicos, teses, dissertações e relatórios para mapear o estado da arte sobre o tema. As fontes foram selecionadas com base em sua confiabilidade, garantindo que fossem provenientes de bibliotecas virtuais de faculdades e universidades, além de periódicos respaldados pela Capes.

A pesquisa documental envolveu a análise de materiais já produzidos, como documentos institucionais, relatórios de projetos de extensão e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A pesquisa de campo foi essencial para coletar dados junto aos participantes do estudo. Foram realizadas observações diretas, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com estudantes envolvidos em projetos de extensão universitária no contexto de curricularização. A imersão no campo permitiu captar as percepções dos participantes sobre o impacto dessas práticas em sua sensação de pertencimento e integração no ambiente acadêmico.

A abordagem qualitativa foi utilizada para aprofundar a análise dos dados coletados. A pesquisa qualitativa visa a exploração e compreensão do significado que os indivíduos atribuem ao seu envolvimento em projetos de extensão. Foram utilizadas técnicas de coleta de dados, como entrevistas, rodas de conversa e técnicas projetivas, que permitiram uma descrição detalhada das experiências e percepções dos participantes.

Os dados coletados foram analisados utilizando técnicas de análise de conteúdo e análise temática e a pesquisa seguiu rigorosos princípios éticos, garantindo o consentimento informado e a confidencialidade dos participantes. Todos os dados pessoais foram mantidos em sigilo e utilizados apenas para fins de pesquisa.

Este estudo visa contribuir para a compreensão das práticas de extensão universitária e sua relação com a educação orgânica e o pertencimento dos estudantes. A integração dessas dimensões pode oferecer insights valiosos para a elaboração de políticas educacionais e projetos de extensão que promovam uma educação mais inclusiva e relevante para os contextos socioculturais dos alunos.

Os resultados esperados incluem a revelação de como práticas extensionistas performáticas podem transcender o saber teórico, contribuindo significativamente para a construção de uma educação superior mais engajada e significativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história da extensão universitária no Brasil remonta ao início do século XX, com a criação das primeiras universidades. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de São Paulo (USP) foram pioneiras ao implementar atividades extensionistas, buscando integrar a universidade à sociedade e responder às demandas sociais emergentes, atuando como um instrumento de transformação social e cultural.

Na década de 1960, a extensão universitária começou a ganhar maior reconhecimento e estruturação formal. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961 e a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram marcos para isso.

Durante esse período, a extensão universitária foi influenciada por movimentos sociais e políticos, especialmente pelo pensamento crítico e emancipador de Paulo Freire, que defendia uma educação voltada para a transformação social e a inclusão das camadas populares.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207) e com isso buscou integrar de forma efetiva as três funções essenciais da universidade, promovendo uma educação mais completa e comprometida com a realidade social. No entanto, a implementação prática dessa indissociabilidade enfrentou desafios significativos, como a resistência institucional, a falta de recursos e a

dificuldade em mudar a cultura acadêmica, predominantemente, voltada para o ensino e a pesquisa.

Em 2018, a resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação estabeleceu novas diretrizes para a curricularização da extensão, determinando que 10% da carga horária dos cursos de graduação deve ser destinada a atividades extensionistas, reforçando a necessidade de integrar de forma efetiva a extensão ao currículo acadêmico.

Kochhann (2017), Carvalho e Chianca (2019) argumentam que a curricularização da extensão é essencial para garantir a formação integral dos estudantes e promover uma educação mais inclusiva e dialógica que contribua para a transformação social e o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais à cidadania e a profissionalidade, conectando a universidade e estudantes com as demandas e realidades sociais.

A integração da extensão universitária ao currículo e a proposta de uma Didática Multidimensional são abordagens que visam promover uma educação mais completa, crítica e emancipadora que articule teoria e prática numa performance formativa eficiente.

A concepção processual-orgânica da extensão universitária, discutida por Kochhann (2017), destaca a importância de integrar ensino, pesquisa e extensão como um processo contínuo e indissociável que visa superar a visão fragmentada da extensão e que esteja em constante diálogo com as demandas comunitárias.

Paralelamente, Franco e Pimenta (2016) defendem uma Didática Multidimensional que também busca articular teoria e prática de maneira integrada. As autoras afirmam que "a Didática deve ser entendida como um campo que integra múltiplas dimensões e referências teóricas, reconhecendo a interdependência entre ensinar e aprender" (FRANCO; PIMENTA, 2016, p. 541).

Para as autoras, a Didática Multidimensional deve "valorizar a complexidade e a multirreferencialidade do ensino, promovendo a autonomia, emancipação e capacidade de questionamento dos sujeitos educadores e educandos" (FRANCO; PIMENTA, 2016, p. 542), reconhecendo que o ensino envolve múltiplas dimensões – cognitivas, afetivas, sociais e culturais – de maneira orgânica e não compartimentada que visa formar cidadãos críticos e autônomos, capazes de atuar na transformação da sociedade.

A educação, enquanto prática social, deve ser entendida como um processo contínuo de transformação e emancipação, integrando o diálogo entre diferentes saberes e culturas. Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos são dois pensadores que oferecem contribuições valiosas para a compreensão dessa prática educativa transformadora.

Ambos criticam os modelos tradicionais de educação e propõem alternativas baseadas na valorização do diálogo, da participação ativa dos educandos e da integração entre conhecimento acadêmico e saberes populares.

Paulo Freire, em sua obra "Extensão ou Comunicação?", critica a prática da extensão universitária tradicional, caracterizada por uma relação hierárquica e unilateral entre educadores e educandos. Para Freire, essa prática é uma forma de "invasão cultural", onde o conhecimento é imposto de cima para baixo, desconsiderando o contexto e a realidade dos educandos. Ele propõe uma educação dialógica e libertadora, onde o conhecimento é construído coletivamente, a partir do diálogo e da problematização da realidade. Segundo ele:

o conceito de 'extensão' engloba ações que transformam o camponês em 'coisa', objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo. O mesmo conceito substitui sua educação pela propaganda que vem de um mundo cultural alheio, não lhe permitindo ser mais que isso e pretendendo fazer dele um depósito que receba mecanicamente aquilo que o homem 'superior' (o técnico) acha que o camponês deve aceitar para ser 'moderno', da mesma forma que o homem 'superior' é moderno (FREIRE, 2013, p. 6).

Freire enfatiza a importância da conscientização, processo pelo qual os educandos se tornam conscientes de sua realidade e capazes de agir sobre ela. Esse processo é essencial para que a educação cumpra seu papel emancipatório, permitindo que os educandos se tornem sujeitos ativos na transformação de sua realidade.

Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, destaca a importância de uma "ecologia de saberes", onde o conhecimento científico e os saberes populares coexistem e se complementam. Para Santos, a universidade deve ser um espaço de diálogo e de troca de saberes, rompendo com a hegemonia do conhecimento acadêmico e valorizando as diversas formas de conhecimento produzidas pela sociedade. Santos afirma que:

A ecologia de saberes parte do princípio de que todos os saberes têm limitações e, portanto, não podem pretender-se universais e exclusivos. Ela promove o diálogo entre saberes, baseado no respeito mútuo e na valorização das diferenças. A proposta de uma ecologia de saberes envolve a substituição da monocultura do conhecimento científico moderno por uma articulação entre conhecimentos científicos e não científicos (SANTOS, 2009, p. 38).

A intersecção entre as ideias de Freire e Santos oferece uma base sólida para a curricularização da extensão universitária, entendida como uma prática educativa que integra ensino, pesquisa e extensão de forma orgânica e emancipatória. Essa abordagem

reforça a necessidade de uma educação que seja, ao mesmo tempo, teórica e prática, crítica e transformadora. Ao integrar atividades extensionistas no currículo, a universidade contribui para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com sua formação e com mudanças sociais necessárias nas comunidades, ajudando a promover a justiça social e a inclusão.

Santos discute a importância da colaboração interdisciplinar e da pesquisa orientada para a solução de problemas reais, destacando que “a ecologia de saberes não busca a integração forçada de todos os saberes, mas sim a criação de condições para o diálogo entre eles, reconhecendo que o conhecimento científico moderno é apenas uma das muitas formas válidas de saber” (SANTOS, 2009, p. 45).

A etno-didática, enquanto abordagem que valoriza e integra os saberes culturais dos estudantes no processo educativo, é fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e emancipatória. No ensino superior, esta abordagem pode ser uma poderosa ferramenta para a construção de pertencimento ao ambiente acadêmico. A análise das obras de José Carlos Libâneo e Miguel Arroyo revela uma convergência de ideias que reforça a importância da etno-didática na construção desse pertencimento.

Libâneo enfatiza que a didática não deve se restringir à transmissão de conhecimentos técnicos, mas deve humanizar a educação, reconhecendo e valorizando os saberes populares e culturais dos alunos. Ele propõe uma educação dialógica e libertadora, onde o conhecimento é construído coletivamente, a partir do diálogo e da problematização da realidade. E ainda observa que “talvez o traço mais marcante de uma didática crítico-social (...) seja o de atribuir ao trabalho docente o papel de mediação entre a cultura elaborada, convertida em saber escolar, e o aluno que, para além de um sujeito psicológico, é um sujeito portador da prática social viva” (LIBÂNEO, 2002, p. 10).

Miguel Arroyo, em “Outros Sujeitos, Outras Pedagogias”, também destaca a importância de reconhecer a diversidade cultural e as subjetividades dos alunos. Ele argumenta que a educação deve acolher e valorizar as diferentes vozes e experiências dos estudantes, promovendo uma pedagogia sensível às histórias e experiências que os alunos trazem para a escola. Arroyo sublinha que “a pedagogia radical é uma pedagogia que problematiza constantemente o modo como professores e alunos adquirem conhecimentos no âmbito de formas culturais mais amplas e nos intercâmbios que marcam a vida na sala de aula” (ARROYO, 2013, p. 93).

A integração das abordagens de Libâneo e Arroyo oferece uma base sólida para a construirmos um conceito de etno-didática no ensino superior, onde a constituição de

pertencimento é crucial para o sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes. No ambiente universitário, muitos alunos podem sentir-se deslocados ou desvalorizados se seus conhecimentos culturais e experiências de vida não forem reconhecidos e integrados ao currículo. A etno-didática, ao valorizar e incorporar os saberes culturais dos estudantes, promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo e acolhedor, favorecendo engajamento e motivação já que os alunos se veem refletidos no conteúdo acadêmico através de suas contribuições.

A etno-didática, seria uma abordagem essencial para a promoção de uma educação inclusiva e emancipatória no ensino superior. Ela valoriza os conhecimentos culturais dos alunos, promove um intercâmbio comunitário, e ajuda a construir um senso de pertencimento e identidade dentro do contexto acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada durante o ano de 2023 e o primeiro semestre de 2024. Foram aplicados questionários semiestruturados aos discentes dos cursos de Direito e Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO que participam de projetos de extensão universitária para coletar dados sobre suas percepções em relação aos projetos; contribuições para a formação acadêmica e pessoal e o impacto na comunidade. As respostas evidenciam a importância da curricularização da extensão para a formação integral dos estudantes, destacando como essas atividades promovem a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

O projeto "A Invisibilidade das Pessoas em Situação de Rua" envolveu cerca de 15 estudantes e foi realizado ao longo de um ano, permitindo aplicar conhecimentos teóricos de direitos humanos e psicologia social de forma prática, promovendo empatia e cidadania ativa. O *Aluno A* extensionista do projeto comenta: "Participar deste projeto me fez perceber a realidade das pessoas em situação de rua de uma maneira que nunca imaginei. Pude entender melhor suas necessidades e a importância de defender seus direitos."

Conforme Freire (2013) e Santos (2009) argumentam, a educação deve ser dialógica e emancipatória, promovendo a transformação social. A interação com essa população não apenas transmitiu conhecimentos, mas também promoveu mudanças sociais significativas, alinhando-se aos princípios de uma educação orgânica e integral.

Assim, este projeto exemplifica como a curricularização da extensão universitária pode promover uma educação mais inclusiva e conectada com a realidade social.

No projeto "A Importância da Acessibilidade para Inclusão de Pessoas com Deficiência", desenvolvido ao longo de um ano e envolvendo aproximadamente 18 estudantes, foram realizadas palestras socioeducativas em escolas de ensino fundamental para promoção da conscientização sobre acessibilidade.

O Aluno B destacou: "Ao desenvolver e apresentar as palestras, percebi como ainda existe falta de conhecimento sobre as necessidades das pessoas com deficiência. Este projeto me fez valorizar mais a inclusão e pensar em maneiras de promover acessibilidade em minha futura prática profissional, este projeto promoveu uma compreensão mais profunda das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência e incentivou o respeito e a inclusão desde a educação básica."

A experiência reforçou os princípios da educação orgânica e da etno-didática, ao integrar a teoria com a prática, não só enriquece o aprendizado acadêmico, mas também preparando os estudantes para promover a inclusão em suas futuras carreiras. Gadotti (2017) reforça que "a educação deve ser inclusiva e promotora de igualdade, atendendo às necessidades de todos os indivíduos".

O projeto "A Defesa dos Direitos dos Refugiados e Imigrantes", contou com a participação de cerca de 20 estudantes, aumentou a compreensão das complexidades jurídicas e sociais relacionadas à migração. *O Aluno C* comentou: "Trabalhar com refugiados e imigrantes me fez ver de perto as dificuldades que eles enfrentam. Foi uma experiência transformadora que me motivou a querer fazer a diferença na vida dessas pessoas."

Este projeto destacou a importância de desenvolver competências interculturais e promover a justiça social e a efetivação dos direitos humanos, alinhando-se aos objetivos da curricularização da extensão universitária e à visão de uma ecologia de saberes proposta por Santos (2009). Além disso, a resposta do *Aluno C* exemplifica como a extensão universitária pode despertar um maior engajamento social e compromisso com a defesa dos direitos humanos.

No projeto "O Direito e a Violência Contra a Mulher", com a participação de aproximadamente 17 estudantes que desenvolveram campanhas de conscientização e apoio a vítimas de violência doméstica em escolas públicas e gerou grande impacto. *O Aluno D* relatou: "Participar deste projeto me fez entender melhor as questões de gênero

e a gravidade da violência contra a mulher. Sinto que estou mais preparada para contribuir para a defesa dos direitos das mulheres."

Assim, o projeto reforçou a importância de uma educação sensível às questões de gênero e promotora da igualdade e justiça social, elementos centrais da educação orgânica e da etno-didática, conforme defendido por Freire (2013) e Arroyo (2013). Essa experiência prática ajudou os alunos a desenvolverem uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das necessidades específicas de grupos vulneráveis.

Os 19 estudantes envolvidos no projeto "O Direito à Educação Ambiental", também desenvolvido em escolas públicas, relataram um aumento na consciência sobre sustentabilidade. O *Aluno E* afirmou: "As atividades que realizamos nas escolas e comunidades me fizeram ver a importância de promover práticas sustentáveis. Agora, me sinto mais comprometido com a defesa do meio ambiente."

Os relatos dos estudantes participantes de todos os projetos mostram que a extensão universitária vai além do saber teórico, promovendo um aprendizado prático e significativo que conecta a universidade à comunidade. Este processo de troca de conhecimentos e práticas é fundamental para a formação integral dos alunos, alinhando-se às dimensões metodológicas e analíticas discutidas por Cristofolletti e Serafim (2020), pois, a extensão universitária não apenas enriquece o aprendizado acadêmico, mas também fortalece o compromisso social da universidade, promovendo uma educação mais inclusiva e conectada com a realidade concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destaca a relevância da curricularização da extensão, não apenas como uma exigência burocrática, mas como uma prática efetiva na formação acadêmica e na transformação social. Ao integrar a extensão universitária ao currículo, a educação orgânica propõe um processo contínuo e indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma práxis educativa que responde às demandas sociais contemporâneas.

Os resultados obtidos demonstram que a extensão universitária, quando integrada ao currículo de forma orgânica, contribui significativamente para a consolidação de conhecimentos acadêmicos e para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a vida profissional e cidadã. Projetos de extensão no local da pesquisa, abordando temas como a invisibilidade das pessoas em situação de rua, acessibilidade, direitos dos refugiados e imigrantes, violência contra a mulher, educação ambiental e

influências socioculturais, mostram-se eficazes na promoção de uma educação inclusiva e na valorização das culturas locais. Essas iniciativas não apenas enriquecem o aprendizado acadêmico, mas também preparam os estudantes para enfrentar desafios reais e promover mudanças sociais significativas.

A fusão de saberes acadêmicos e populares, promovida pela extensão, é crucial para a construção de uma educação inclusiva e dialógica. Além disso, a valorização dos saberes culturais dos estudantes e a promoção de uma etno-didática do pertencimento contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a construção de uma identidade coletiva dentro do ambiente acadêmico.

Para aprofundar e expandir os conhecimentos gerados por esta pesquisa, futuros estudos podem explorar várias áreas ainda não totalmente abordadas. Primeiro, realizar pesquisas comparativas entre diferentes instituições de ensino superior pode ajudar a identificar variações e melhores práticas na curricularização da extensão. Além disso, a inclusão de metodologias qualitativas como entrevistas em profundidade e grupos focais pode fornecer uma compreensão mais rica e detalhada das experiências dos estudantes e dos impactos dos projetos de extensão.

A curricularização da extensão universitária, entendida como uma práxis educativa orgânica, portanto, tem o potencial de transformar a educação superior no Brasil gradativamente, construindo um novo panorama. Esta abordagem promove uma formação mais significativa e alinhada às realidades sociais e culturais dos estudantes, enriquecendo o aprendizado acadêmico e fortalecendo o compromisso social das universidades. As contribuições deste estudo são valiosas para futuras reflexões acerca da política de extensão universitária e para a implementação de práticas pedagógicas performáticas que promovam uma educação superior integrada às demandas societárias. A continuidade e expansão das pesquisas nessa área são essenciais para consolidar uma educação que realmente responda às necessidades e desafios da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- AMES, C. Classrooms: Goals, structures, and student motivation. **Journal of Educational Psychology**, v. 84, n. 3, p. 261-271, 1992.
- ARROYO, M. G. **Educação em tempos de injustiça**. 2013.
- ARROYO, M. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Vozes, 2013.

- BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: Aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (Orgs.). **A motivação do aluno: Contribuições da psicologia contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COELHO, G. O Papel Pedagógico da Extensão Universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11-24, jul./dez. 2014.
- CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623690670>. Acesso em: 02 jul. 2024.
- CRISTOFOLETTI, F.; SERAFIM, M. A. **Análise crítica das práticas de extensão universitária**. 2020.
- FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. **Didática Multidimensional: Por uma Sistematização Conceitual**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 135, p. 539-553, abr./jun. 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017.
- KOCHHANN, A. A extensão universitária pela concepção processual-orgânica: oficialização pelo ofício circular 263/1994. **Anais da VI Semana de Integração**, UEG, 2017.
- KOCHHANN, R. **Educação e sustentabilidade: Uma análise crítica**. 2017.
- LIBÂNIO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIBÂNIO, J. C. **Didática: Velhos e novos temas**. Edição do Autor, 2002.
- MATTOS, S. M. N. de. **Conversando sobre a metodologia da pesquisa científica: desenhando o projeto e a pesquisa**. Cachoeirinha: Fi, 2024.
- SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2009.
- SANTOS, B. de S. Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2009.
- URDAN, T. **Achievement goal theory: Past results, future directions**. In: PINTRICH, P. R.; MAEHR, M. L. (Eds.). **Advances in motivation and achievement**. Greenwich, CT: JAI Press, v. 10, 1997.